



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHA

Lei nº 1.106, de 13 de julho de 2022.

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2023, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONTANHA, Estado do Espírito Santo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - O Orçamento do município de MONTANHA, Estado do Espírito Santo, referente ao exercício de 2023, será elaborado e executado segundo as diretrizes gerais estabelecidas nos termos da presente Lei, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, no art. 21, e na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, compreendendo:

- I - As metas fiscais e as prioridades da administração pública municipal;
- II – A estrutura e a organização do orçamento;
- III - As diretrizes gerais para elaboração da lei orçamentária anual e suas alterações;
- IV - As diretrizes para a execução da lei orçamentária anual;
- V - As disposições relativas às despesas do município com pessoal e



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHA

encargos sociais;

VI - As disposições sobre alterações na legislação tributária do Município;

VII - as disposições gerais.

Parágrafo único - Integram esta Lei:

I – Anexo I – Anexo de Riscos Fiscais;

II – Anexo II - Anexo de Metas Fiscais; e

III – Anexo III – Prioridades e Metas.

CAPÍTULO I

DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º - Em cumprimento ao estabelecido no artigo 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, as metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2023, estão identificados nos Demonstrativos desta Lei, em conformidade com a Portaria nº 389, de 14 de junho de 2018 - STN.

§1º - O Poder Executivo, quando da remessa do Projeto de Lei Orçamentária Anual promoverá, se necessário, a adequação do Anexo de Metas Fiscais.

§2º - As prioridades e metas definidas terão precedência na alocação de recursos no Orçamento de 2023 não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHA

Art. 3º - A Lei Orçamentária Anual abrangerá a Administração Direta e Fundos de Saúde e Assistência Social do município de Montanha-ES.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 4º - O Orçamento Fiscal e o da Seguridade Social discriminarão a despesa por Unidade Orçamentária, segundo classificação funcional e programática, explicitando para cada projeto, atividade ou operação especial, respectivas metas e valores da despesa por grupo e modalidade de aplicação.

§1º - A classificação funcional-programática seguirá o disposto na Portaria nº. 42, do Ministério de Orçamento e Gestão, de 14/04/99, e suas alterações.

§2º - Os programas, classificadores da ação governamental, pelos quais os objetivos da administração se exprimem, são os integrantes do Plano Plurianual de Aplicação e suas alterações.

§3º - Na indicação do grupo de natureza de despesa, a que se refere o caput deste artigo, será obedecida a seguinte classificação, de acordo com a Portaria Interministerial, n.º 163/01, da Secretaria do Tesouro Nacional e da Secretaria de Orçamento Federal, e suas alterações:

- I. Pessoal e encargos sociais (1);
- II. Juros e encargos da dívida (2);
- III. Outras despesas correntes (3);



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHA

- IV. Investimentos (4);
- V. Inversões financeiras (5);
- VI. Amortização da dívida (6).

§4º - A reserva de contingência, prevista no art. 26 desta Lei, será identificada pelo dígito 9 (nove), no que se refere ao grupo de natureza de despesa.

§ 5º - Na lei orçamentária, a discriminação da despesa, quanto à sua natureza, far-se-á, no mínimo, por categoria econômica, grupo de natureza de despesas e modalidade de aplicação, conforme disposto no artigo 6º da Portaria Interministerial nº 163, da Secretaria do Tesouro Nacional e da Secretaria de Orçamento Federal, de 04 de maio de 2001.

§ 6º - Os conceitos e códigos de categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação são aqueles dispostos na Portaria Interministerial da Secretaria do Tesouro Nacional e da Secretaria de Orçamentos Federal nº163, de 04 de maio de 2001, e em suas alterações.

Art.5º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I – Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHA

II - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III - Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

IV – Operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

V – Unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional.

VI – Órgão orçamentário, o maior nível da classificação institucional que tem por finalidade agrupar unidades orçamentárias;

VII – Função, o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público;

VIII – Subfunção, representa um nível de agregação imediatamente inferior à função e deve evidenciar a natureza da atuação governamental.

Art.6º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHA

Art. 7º - Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função, a subfunção, o programa de governo a unidade e o órgão orçamentário, as quais se vinculam.

Art. 8º - As categorias de programação, de que trata esta Lei, serão identificadas no projeto de lei orçamentária por programas, atividades, projetos ou operações especiais.

Art. 9º - Os orçamentos fiscal e da seguridade social compreendem a programação dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos, autarquias instituídas e mantidas pelo Poder Público.

CAPÍTULO III

DAS DIRETRIZES GERAIS PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL E SUAS ALTERAÇÕES

Art. 10 - O Orçamento do Município para o exercício de 2023 será elaborado visando garantir a gestão fiscal e equilibrada dos recursos públicos e a viabilização da capacidade própria de investimento.

Parágrafo único - O Projeto de Lei Orçamentária para 2023 e sua respectiva execução deverão ser realizados de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, em observância ao art. 48 da Lei nº 101/ 2000.

Art. 11 - No projeto de lei orçamentária anual, as receitas e as despesas serão orçadas a preços correntes, estimados para o exercício de 2023.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHA

Art. 12 - O projeto de Lei Orçamentária de 2023 que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal de Montanha, respeitará ao disposto no art. 5º da Lei 101/2000; nos art. 2º e 22, da Lei Federal nº 4.320, de 1964, sendo composto de:

- a) Mensagem
- b) Projeto de Lei;
- c) Sumário Geral da Receita por Fonte e da Despesa por Funções de Governo;
- d) Anexo I - Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas;
- e) Anexo II - Resumo geral da Receita;
- f) Anexo III - Demonstrativo da despesa por Categoria Econômica;
- g) Anexo IV – Demonstrativo do Programa de Trabalho de Governo;
- h) Anexo V – Demonstrativo por Função, Subfunção e Programas por Categoria Econômica;
- i) Anexo VI – Demonstrativo por Função, Subfunção e Programas por projeto/Atividade;
- j) Anexo VII - Demonstrativo por Função, Subfunção e Programas conforme Vínculo com os Recursos;
- k) Anexo VIII – Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Função;
- l) Anexo IX – Legislação da Receita
- m) Anexo X – Tabelas explicativas da Evolução da Receita e da Despesa;
- n) Anexo XI – Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com os objetivos e metas constantes do documento de que trata o §1º do art.4º da LRF;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHA

o) Anexo XII - Demonstrativo Regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

p) Quadro de Detalhamento de Despesa – QDD;

Art. 13 - Conforme inciso III, art. 40, da Lei Orgânica Municipal, cabe à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, dispor sobre todas as matérias de competência do Município, especialmente sobre:

I – Plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operação de crédito e da dívida pública;

Art. 14 - Na programação da despesa, serão observadas as seguintes restrições:

I – Nenhuma despesa poderá ser fixada sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos;

II – Não serão destinados recursos para atender despesas com pagamento, a qualquer título, a servidos da administração municipal direta ou indireta, ou serviços de consultoria ou assistência técnica, inclusive custeada com recursos decorrentes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, firmados com órgãos ou entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais.

Art. 15 - O Município só contribuirá para o custeio de despesas de competência de outros entes da federação, quando atendidos os requisitos do art. 62 da LC 101/2000 e contribuam diretamente para o alcance das diretrizes, objetivos e metas previstas no Plano Plurianual de 2022/2025.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHA

Art. 16 - É vedada a destinação a título de Subvenções Sociais nos termos dos artigos 12 e 16 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, para entidades privadas, ressalvadas aquelas sem fins lucrativos nas áreas de assistência social, saúde e educação desde que atendam às seguintes condições.

I - Comprovante da não existência de quaisquer pendências do conveniente junto ao Estado e ao município, e as entidades da administração pública estadual e municipal;

II - Apresentação de plano de aplicação dos recursos (plano de trabalho com cronograma de desembolso) elaborado para o ano a que se refere o pleito;

III - Atendimento aos critérios estabelecidos no Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (Lei Federal nº 13.019/2014).

Art. 17 - A transferência de recursos à entidade privada, a título de contribuição corrente, ocorrerá se destinada a entidade sem fins lucrativos selecionada para execução, em parceria com a Administração Pública Municipal, de programas e ações que contribuam diretamente para o alcance de diretrizes, objetivos e metas previstos no Plano Plurianual 2022/2025, observado o disposto no Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (Lei federal nº 13019/2014).

Art. 18 - É vedada a destinação de recursos a título de auxílios, previstos no art. 12, § 6º, da Lei Federal nº 4.320/64, para entidades privadas, ressalvadas aquelas sem fins lucrativos, desde que sejam:



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHA

I – Voltadas para as áreas de assistência social, educação, cultura e de proteção ambiental;

II – Consórcios Públicos, legalmente constituídos;

III – Qualificadas como instituições de apoio ao desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica com contrato de gestão firmado com órgãos públicos.

Art. 19 - Todas as entidades sem fins lucrativos que receberem recursos públicos diretamente do orçamento ou mediante subvenção social contribuição corrente, auxílio, contrato de gestão, termo de parceria, acordo, ajustes ou outros instrumentos congêneres, obrigatoriamente, deverão dar publicidade na internet e atender ao disposto no art.12, da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Art. 20 - A Lei orçamentária de 2023 incluirá dotações para o pagamento de precatórios, conforme estabelecido no art. 100, da constituição Federal.

Art. 21 - Serão incluídas, na lei orçamentária anual, dotações para o pagamento de juros, encargos e amortização das dívidas decorrentes das operações de crédito contratadas ou autorizadas até a data do encaminhamento do projeto de lei orçamento à Câmara Municipal.

Art. 22 - Na programação de investimentos, serão observados os seguintes princípios:

I – Novos projetos serão incluídos na lei orçamentária depois de atendidos aqueles em andamento, contempladas as despesas de conservação do patrimônio público e assegurada a contrapartida de operações de crédito;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHA

II – Somente serão incluídos na Lei Orçamentária os investimentos para os quais ações que assegurem sua manutenção tenham sido previstas no Plano Plurianual de Aplicação;

III – Os investimentos deverão apresentar viabilidade técnica, econômica, financeira e ambiental.

Art. 23 - Fica o Poder Executivo autorizado a incluir através da Lei Orçamentária de 2023, alterações no PPA decorrentes da inclusão e exclusão de novas ações; metas físicas e financeiras; modificações na nomenclatura e codificação de despesas, devendo encaminhar junto ao Projeto de Lei Orçamentária anexo com o detalhamento dos atributos qualitativos e quantitativos das respectivas ações.

Art. 24 - A estimativa de receita de operações de crédito, para o exercício de 2023 deverá obedecer aos limites de endividamento das receitas correntes líquidas apuradas até o final do semestre anterior, na forma da estabelecida na LRF.

Art. 25 - Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação de recursos na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, bem como a respectiva execução serão feitas de forma a propiciar o controle das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 26 - A Reserva de Contingência será fixada em valor equivalente a até 1% (um por cento), da receita corrente líquida estimada, a ser utilizada como fonte de recurso para abertura de créditos adicionais, conforme art. 8º da Portaria Interministerial da Secretaria do Tesouro Nacional e da Secretaria de Orçamento



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHA

Federal nº 163, de 2001, e suas atualizações, para o atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, conforme dispõe o inciso III do caput do art.5º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, bem como de situações de emergência e calamidades públicas.

Parágrafo único - Consideram-se eventos fiscais imprevistos a abertura de créditos adicionais para o atendimento de despesas não previstas ou insuficientemente dotadas na Lei Orçamentária Anual de 2023.

Art. 27 - A Lei Orçamentária referente ao exercício de 2023 conterà autorização ao Poder Executivo e seus Fundos, ao Poder Legislativo, para abrir créditos adicionais suplementares, mediante Decreto do Chefe do Poder Executivo, até o limite de 60% (sessenta por cento) do valor total do orçamento da despesa, utilizando como fontes de recursos:

- I – O excesso de arrecadação do exercício de 2023;
- II – O superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2022;
- III – Os valores provenientes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias.

Art. 28 - Os créditos adicionais encaminhados pelo Poder Executivo e aprovados pelo Poder Legislativo serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva Lei.

Art. 29 - A criação de novas ações, durante a execução do orçamento, no PPA vigente, se dará por meio de projeto de lei de crédito especial e deverá conter



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHA

anexo com o detalhamento dos atributos qualitativos e quantitativos das respectivas ações.

Art. 30 - As alterações do Quadro de Detalhamento da Despesa, observados os mesmos níveis de categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação, fonte de recursos, projeto/atividade ou operação especial e a mesma Unidade Orçamentária, para atender as necessidades da execução do orçamento, serão realizadas mediante ato próprio de cada Órgão responsável pela alteração.

Art. 31 - A Lei Orçamentária conterá autorização do Poder Executivo para incluir novas fontes de recursos em dotação orçamentária já existente no orçamento, visando atender as despesas provenientes de receitas de convênio ou de outras origens decorrentes da execução orçamentária e executar suplementação entre as mesmas fontes de recursos em dotações orçamentárias diferentes.

Parágrafo único - As alterações decorrentes da abertura e reabertura de créditos adicionais integrarão os quadros de detalhamento de despesa, os quais serão modificados independentemente de nova publicação da Lei Orçamentária.

CAPÍTULO IV

DAS DIRETRIZES PARA EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA

Art. 32 - Conforme determina o art. 9º da LRF caso necessário, se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no anexo



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHA

de metas fiscais, os Poderes Executivo e Legislativo promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados por esta lei.

§1º - No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional as reduções efetivadas.

§2º - Não serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida.

§3º - Ficam excluídas da limitação de empenho as seguintes despesas:

I - Decorrentes de obrigações legais, como folha de pagamento e encargos sociais de servidores.

II - Despesas com o pagamento de precatórios e sentenças judiciais;

III - já empenhadas pelo valor global decorrentes de contratos continuados, cuja execução se exaurir no tempo.

IV - Vinculadas às receitas do SUS, FUNDES, FNDE, FEAS, FNAS e convênios.

V - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP;

VI - Despesas com recursos provenientes de vinculação constitucional e legal da receita.

VII - serviço da dívida.

VIII - auxílio-alimentação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHA

§4º - As despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e as relativas aos serviços públicos de Saúde somente poderão ser contingenciadas em relação ao montante que exercer aos percentuais mínimos previstos nos artigos 212 e 198 da Constituição Federal, respectivamente.

§5º - A limitação de empenho referida no caput deste artigo deverá ser realizada por cada Poder ou Órgão de forma autônoma, após apresentação das devidas justificativas, metodologia e memória de cálculo por parte do Poder Executivo, que comprovem que a realização da receita não comportará o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais. O repasse financeiro a que se refere o artigo 168, da Constituição Federal, fica incluído na limitação prevista no caput deste artigo.

§ 6º - No caso de o Poder Legislativo não promover alimentação no prazo estabelecido no caput, fica o Poder Executivo autorizado a limitar os valores financeiros segundo os critérios fixados por esta lei.

Art. 33 - A execução orçamentária, direcionada para efetivação das metas fiscais estabelecidas em anexo, deverá ainda, manter a receita corrente superavitária frente às despesas correntes, com a finalidade de comportar a capacidade própria de investimento.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHA

Art. 34 - Os Poderes Executivo e Legislativo, na elaboração de suas propostas orçamentárias para pessoal e encargos sociais, terão como limites observados os artigos 19 e 20, da Lei Complementar nº 101/2000, a despesa da folha de pagamento de junho de 2022, projetada para o exercício de 2023, considerando os eventuais acréscimos legais, inclusive alterações de planos de carreira e admissões para o preenchimento de cargos.

Art. 35 - A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, inclusive reajuste, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos Poderes Executivo e Legislativo, somente serão admitidos se, cumulativamente:

I - Acompanhada de estimativa do impacto orçamentário e financeiro no exercício que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes e declaração do ordenador de despesas de que o aumento tenha adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias;

II - Houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesas de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

III – Observados os limites estabelecidos nos artigos 19 e 20, da Lei complementar 101/2000;

IV – Observada a margem de expansão das despesas de caráter continuado.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHA

Art. 36 - Na estimativa das receitas constante do projeto de lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos das propostas de alterações na legislação tributária.

Parágrafo único - As alterações na legislação tributária municipal, dispondo, especialmente, sobre IPTU, ISS, ITBI e Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública, bem como, a criação e alteração de possível taxa de coleta de resíduos sólidos, deverão constituir objeto de projetos de lei a serem enviados a Câmara Municipal, visando promover a justiça fiscal e contribuir para elevação da capacidade de investimento do Município.

Art. 37- Quaisquer projetos de lei que resultem em redução de encargos tributários e ou criação de demais incentivos para setores da atividade econômica ou regiões do município deverão apresentar demonstrativo dos benefícios de natureza econômica ou social.

Parágrafo único - A redução de encargos tributários só entrará em vigor quando satisfeitas as condições contidas no art. 14, da Lei Complementar 101/2000.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 38 - São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesas, que impliquem na execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHA

Art. 39 - O Executivo municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo de até 60 (sessenta) dias do final do exercício financeiro, que a apreciará e a devolverá para sanção até o encerramento do período legislativo anual. O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2024 será enviada ao Poder Legislativo até o dia 28 de abril de 2023.

Art. 40 - Caso o projeto de Lei Orçamentária de 2023 não seja sancionado até o início do exercício financeiro de 2023, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva Lei Orçamentária Anual, respeitando o limite percentual estipulado para remanejamentos e suplementações bem como dispositivos descritos para tal finalidade, enquanto a respectiva lei não for publicada.

§1º - Considerar-se á antecipação de crédito a conta da Lei orçamentária a utilização dos recursos autorizada neste artigo.

§2º - Eventuais saldos negativos, apurados em consequência de emendas apresentadas ao projeto de Lei na Câmara Municipal e do procedimento previsto neste artigo, serão ajustados após a sanção da Lei Orçamentária Anual, através da abertura de créditos adicionais.

§3º- Não se incluem no limite previsto no caput deste artigo podendo ser movimentada sem restrições, as dotações para atender despesas com:

- I - Pessoal e encargos sociais;
- II - Serviço da dívida;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHA

III - Pagamento de compromissos correntes nas áreas de saúde, educação e assistência social;

IV - Categorias de programação cujos recursos sejam provenientes de operações de créditos ou de transferências da União e do Estado;

V - Categorias de programação cujos recursos correspondam à contrapartida do município em relação aos recursos previstos no inciso anterior;

VI - Conclusão de obras iniciadas em 2022 e cujo cronograma físico, estabelecido em instrumento contratual, não se estenda além do 1º semestre de 2023.

VII - Auxílio alimentação.

Art. 41 - O Poder Executivo poderá, mediante decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2023 e em créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, conforme definido no art. 3º, inclusive os títulos, descritores, metas e objetivos, assim como o respectivo detalhamento por esfera orçamentária, grupos de natureza de despesa, fontes de recursos, modalidades de aplicação e identificadores de uso e de resultado primário.

Art. 42 - Os créditos adicionais especiais e extraordinários autorizados nos últimos 04 (quatro) meses do exercício financeiro de 2022 poderão ser reabertos, no limite dos seus saldos os quais serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro de 2023 conforme disposto no §2º, do art. 167, da Constituição Federal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHA

Art. 43 - O poder executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma anual de desembolso bimestral, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000, bem como as metas bimestrais de arrecadação, até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual.

Art. 44 - Entende-se, para efeito do §3º, do art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 2000, como despesas irrelevantes, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021 e atualizações respectivas.

Art. 45 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Montanha/ES, 13 de julho de 2022.

André dos Santos Sampaio
Prefeito Municipal

ANEXO I – RISCOS FISCAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHA

A Lei Complementar Federal nº101, de 4 de maio de 2000 (LRF), estabelece, em seu artigo 4º, §3º, que integrará a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) o Anexo de Riscos Fiscais (ARF).

Os Riscos Fiscais são as possibilidades da ocorrência de eventos que venham a impactar negativamente as contas públicas, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHA

ANEXO II - METAS FISCAIS

A Lei Complementar Federal nº101, de 4 de maio de 2000 (LRF), estabelece, em seu artigo 4º, §§ 1º e 2º, que integrará a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) o Anexo de Metas Fiscais (AMF).

Em cumprimento a essa determinação legal, o referido Anexo inclui os seguintes demonstrativos:

- Demonstrativo I: Metas Anuais (LRF, Art. 4º, §1º) Estabelece metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultado nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício aqui se referirem ir para os dois seguintes;
- Demonstrativo II: avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior (LRF, art.4º, § 2º, inciso I) Compara as metas fixadas e o resultado obtido no exercício financeiro do segundo ano anterior ao ano de referência da LDO, incluindo análise dos fatores determinantes para o alcance ou não dos valores estabelecidos como metas;
- Demonstrativo III: Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores (LRF, Art. 4º, § 2º, inciso II)



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHA

Estabelece as Metas Anuais, instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparadas com as metas fiscais fixadas nos três exercícios anteriores, com valores demonstrados a preços correntes e constantes;

- Demonstrativo IV: Evolução do Patrimônio Líquido (LRF, Art.4º, §2º, inciso III) Contém A demonstração da evolução do Patrimônio Líquido dos últimos três exercícios anteriores ao ano de edição da respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- Demonstrativo V: Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos (LRF, Art.4º, §2º, inciso III) Estabelece A origem e aplicação dos recursos obtidos com alienação de ativos, sendo vedada A aplicação de receita de capital derivado da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo ser destinada por lei ao Regimento Geral de Previdência Social ou ao RPPS;
- Demonstrativo VI: Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita (LRF, Art.4º, §2º, inciso V) A renúncia compreende incentivos fiscais, anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de incensam em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que corresponda a tratamento diferenciado;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHA

- Demonstrativo VII: Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado (LRF, Art.4º, §2º, inciso V) Estabelece a margem de expansão das despesas de caráter continuado acompanhado de análise técnica.

MUNICÍPIO DE MONTANHA - ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
LEI: LDO: 2023

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art 4º, § 1º)

RS 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2023				2024				2025			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) X 100	% RCL (a / RCL) X 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) X 100	% RCL (b / RCL) X 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) X 100	% RCL (c / RCL) X 100
Receita Total	67.445.000,00	65.101.351,35	0,045	114,605	69.131.125,00	64.628.460,18	0,045	111,322	70.859.403,12	64.159.020,02	0,046	110,115
Receitas Primárias (I)	66.633.758,66	64.318.299,87	0,044	113,226	68.097.189,17	63.661.866,90	0,044	109,657	69.735.640,14	63.141.518,77	0,045	108,368
Receitas Primárias Correntes	63.949.010,66	61.726.844,27	0,043	108,664	65.538.039,17	61.269.400,07	0,043	105,536	67.176.490,14	60.824.359,03	0,043	104,391
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	5.985.460,25	5.777.471,28	0,004	10,171	6.125.400,00	5.726.439,00	0,004	9,864	6.278.535,00	5.684.844,00	0,004	9,757
Contribuições	2.070.500,00	1.998.552,12	0,001	3,518	2.122.262,50	1.984.034,80	0,001	3,417	2.175.319,06	1.969.623,41	0,001	3,380
Transferências Correntes	55.791.775,00	53.853.064,67	0,037	94,803	57.186.569,38	53.461.880,19	0,037	92,088	58.616.233,61	53.073.550,44	0,038	91,089
Demais Receitas Primárias Correntes	101.275,41	97.756,19	0,000	0,172	103.807,29	97.046,09	0,000	0,167	106.402,47	96.341,18	0,000	0,165
Receitas Primárias de Capital	2.684.748,00	2.591.455,60	0,002	4,562	2.559.150,00	2.392.466,84	0,002	4,121	2.559.150,00	2.317.159,74	0,002	3,977
Despesa Total	48.895.473,72	47.196.403,21	0,033	83,085	46.608.043,50	43.572.357,36	0,030	75,053	47.773.244,59	43.255.861,91	0,031	74,239
Despesas Primárias (II)	65.567.800,00	63.289.382,24	0,044	111,415	67.209.362,50	62.831.866,37	0,044	108,227	68.889.843,78	62.375.699,93	0,044	107,054
Despesas Primárias Correntes	57.629.251,95	55.626.691,07	0,038	97,926	59.069.983,25	55.222.623,10	0,038	95,121	60.546.732,82	54.821.503,88	0,039	94,089
Pessoal e Encargos Sociais	32.401.144,09	31.275.235,61	0,022	55,057	33.211.172,69	31.048.054,72	0,022	53,480	34.041.452,00	30.822.531,72	0,022	52,900
Outras Despesas Correntes	25.228.107,86	24.351.455,46	0,017	42,868	25.858.810,56	24.174.568,38	0,017	41,641	26.505.280,82	23.998.972,16	0,017	41,189
Despesas Primárias de Capital	7.909.248,05	7.634.409,32	0,005	13,440	8.106.979,25	7.578.953,56	0,005	13,055	8.309.653,73	7.523.902,50	0,005	12,913
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	29.300,00	28.281,85	0,000	0,050	32.400,00	30.289,72	0,000	0,052	33.457,23	30.293,55	0,000	0,052
Resultado Primário (III) = (I - II)	1.065.958,66	1.028.917,63	0,001	1,811	887.826,67	830.000,53	0,001	1,430	845.796,36	765.818,84	0,001	1,314
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (IV)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (V)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Resultado Nominal - (VI) = (III + (IV - V))	1.065.958,66	1.028.917,63	0,001	1,811	887.826,67	830.000,53	0,001	1,430	845.796,36	765.818,84	0,001	1,314
Dívida Pública Consolidada	2.951.904,33	2.849.328,50	0,002	5,016	2.473.108,66	2.312.029,56	0,002	3,982	0,00	0,00	0,000	0,000
Dívida Consolidada Líquida	(4.110.274,50)	(3.967.446,43)	-0,003	-6,984	(3.900.509,00)	(3.646.460,12)	-0,003	-6,281	0,00	0,00	0,000	0,000
Receitas Primárias Advindas de PPP (VII)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Despesas Primárias Advindas de PPP (VIII)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Impacto do Saldo das PPP (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Planejamento, Emissão: 04/05/2022 , às 15:18:47

Nota: O cálculo das metas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

VARIÁVEIS	2023	2024	2025
PIB real (crescimento % anual)	2,50	2,50	2,50
Taxa real de juro implícito sobre a dívida líquida do Governo (média % anual)	14,20	14,20	14,20
Câmbio (R\$/US\$ - Final do Ano)	5,00	5,00	5,00
Inflação Média (% anual) projetada com base em índice oficial de inflação	3,60	3,25	3,25
Projeção do PIB do Estado - R\$ 1,00	149.991.742.687,50	153.741.536.254,68	155.432.693.153,48
Receita Corrente Líquida - RCL	58.850.000,00	62.100.125,00	64.350.650,00

MUNICIPIO DE MONTANHA - ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
LEI: LDO: 2023

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes:

2023	2024	2025
Valor Corrente / 1,0360	Valor Corrente / 1,0697	Valor Corrente / 1,1045

ANDRE DOS SANTOS Assinado de forma digital por
SAMPAIO:0888745672 ANDRE DOS SANTOS
SAMP:08887456720
0 Dados: 2022.05.05 08:35:31 -03'00'

ANDRÉ DOS SANTOS SAMPAIO
PREFEITO MUNICIPAL
CPF 088.874.567 - 20



MUNICIPIO DE MONTANHA - ES

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

LEI: LDO: 2023

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art 4º, §2º, Inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2021 (a)	% PIB	% RCL	Metas Realizadas em 2021 (b)	% PIB	% RCL	Variação	
							Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	62.500.000,00	0,044	135,387	74.822.800,58	0,000	162,080	12.322.800,58	19,716
Receitas Primárias (I)	67.857.364,97	0,047	146,992	74.365.525,04	0,000	161,090	6.508.160,07	9,591
Despesa Total	62.500.000,00	0,044	135,387	73.662.235,04	0,000	159,566	11.162.235,04	17,860
Despesas Primárias (II)	75.184.846,43	0,053	162,864	73.527.439,48	0,000	159,274	(1.657.406,95)	-2,204
Resultado Primário (III) = (I - II)	(7.327.481,46)	-0,005	-15,873	838.085,56	0,000	1,815	8.165.567,02	-111,438
Resultado Nominal	(7.327.481,46)	-0,005	-15,873	1.259.027,13	0,000	2,727	8.586.508,59	-117,182
Dívida Pública Consolidada	3.909.495,67	0,003	8,469	771.371,83	0,000	1,671	(3.138.123,84)	-80,269
Dívida Consolidada Líquida	(4.529.805,50)	-0,003	-9,812	(10.065.994,27)	0,000	-21,805	(5.536.188,77)	122,217

Nota: PIB Estadual Previsto e Realizado para 2021

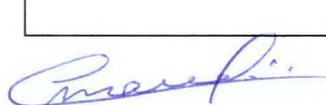
ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Previsão do PIB Estadual para 2021	142.987.500.000,00
valor efetivo (realizado) do PIB Estadual para 2021	0,00

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Planejamento, Emissão: 04/05/2022 , às 15:19:10

ANDRE DOS SANTOS
SAMPAIO:088874567
20

Assinado de forma digital por
ANDRE DOS SANTOS
SAMPAIO:08887456720
Dados: 2022.05.05 08:34:47 -03'00'

ANDRÉ DOS SANTOS SAMPAIO
PREFEITO MUNICIPAL
CPF 088.874.567 - 20




MUNICÍPIO DE MONTANHA - ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
 LEI: LDO: 2023

AMF - Demonstrativo 3 (LRF, art 4º, § 2º, Inciso II)

RS\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%
Receita Total	62.000.000,00	62.500.000,00	0,81	65.800.000,00	-12,06	67.445.000,00	2,50	69.131.125,00	2,50	70.859.403,12	2,50
Receitas Primárias (I)	0,00	67.857.364,97	0,00	64.985.000,00	-12,61	66.633.758,66	2,54	68.097.189,17	2,20	69.735.640,14	2,41
Despesa Total	62.000.000,00	62.500.000,00	0,81	65.800.000,00	-10,67	48.895.473,72	-25,69	46.608.043,50	-4,68	47.773.244,59	2,50
Despesas Primárias (II)	0,00	75.184.846,43	0,00	63.940.000,00	-13,04	65.567.800,00	2,55	67.209.362,50	2,50	68.889.843,78	2,50
Resultado Primário (III) = (I - II)	0,00	(7.327.481,46)	0,00	1.045.000,00	24,69	1.065.958,66	2,01	887.826,67	-16,71	845.796,36	-4,73
Resultado Nominal	0,00	(7.327.481,46)	0,00	1.045.000,00	-17,00	1.065.958,66	2,01	887.826,67	-16,71	845.796,36	-4,73
Dívida Pública Consolidada	3.723.329,21	3.909.495,67	5,00	3.430.700,00	344,75	2.951.904,33	-13,96	2.473.108,66	-16,22	0,00	0,00
Dívida Consolidada Líquida	(4.314.100,47)	(4.529.805,50)	5,00	(4.320.040,00)	-57,08	(4.110.274,50)	-4,86	(3.900.509,00)	-5,10	0,00	0,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%
Receita Total	65.830.205,00	63.962.500,00	16,32	65.800.000,00	-14,07	65.101.351,35	-1,06	64.628.460,18	-0,73	64.159.020,02	-0,73
Receitas Primárias (I)	0,00	69.445.227,31	0,00	64.985.000,00	-14,61	64.318.299,87	-1,03	63.661.866,90	-1,02	63.141.518,77	-0,82
Despesa Total	65.830.205,00	63.962.500,00	14,52	65.800.000,00	-12,72	47.196.403,21	-28,27	43.572.357,36	-7,68	43.255.861,91	-0,73
Despesas Primárias (II)	0,00	76.944.171,84	0,00	63.940.000,00	-15,03	63.289.382,24	-1,02	62.831.866,37	-0,72	62.375.699,93	-0,73
Resultado Primário (III) = (I - II)	0,00	(7.498.944,53)	0,00	1.045.000,00	21,84	1.028.917,63	-1,54	830.000,53	-19,33	765.818,84	-7,73
Resultado Nominal	0,00	(7.498.944,53)	0,00	1.045.000,00	-18,90	1.028.917,63	-1,54	830.000,53	-19,33	765.818,84	-7,73
Dívida Pública Consolidada	3.953.347,18	4.000.977,87	-80,03	3.430.700,00	334,58	2.849.328,50	-16,95	2.312.029,56	-18,86	0,00	-100,00
Dívida Consolidada Líquida	(4.580.614,81)	(4.635.802,95)	124,89	(4.320.040,00)	-58,06	(3.967.446,43)	-8,16	(3.646.460,12)	-8,09	0,00	-100,00

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes

ÍNDICES DE INFLAÇÃO					
2020	2021	2022*	2023*	2024	2025
4,52	3,75	2,34	3,60	3,25	3,25

*Inflação Média (% anual) projetada com base no IPCA, divulgado pelo IBGE.

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Planejamento, Emissão: 04/05/2022, às 15:19:31

ANDRE DOS SANTOS ANDRE DOS SANTOS SAMPAIO:088874567 20	Assinado de forma digital por ANDRE DOS SANTOS SAMPAIO:08887456720 Dados: 2022.05.05 08:30:33 -03'00'
ANDRÉ DOS SANTOS SAMPAIO PREFEITO MUNICIPAL CPF 088.874.567 - 20	

MUNICÍPIO DE MONTANHA - ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXOS DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 LEI: LDO: 2023

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

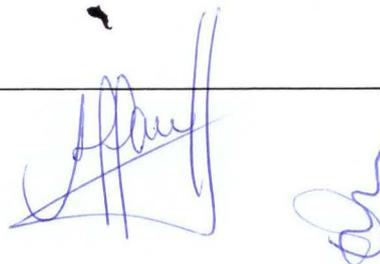
PREFEITURA CONSOLIDADO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2021	%	2020	%	2019	%
Patrimônio/Capital	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
Reservas	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
Resultado Acumulado	54.210.052,49	100,000	49.934.597,85	100,000	45.891.213,33	100,000
Total	54.210.052,49	100%	49.934.597,85	100%	45.891.213,33	100%
REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2021	%	2020	%	2019	%
Patrimônio	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
Reservas	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
Lucros ou Prejuízos Acumulados	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
Total	0,00	100%	0,00	100%	0,00	100%

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Planejamento, Emissão: 04/05/2022 , às 15:19:51

ANDRE DOS SANTOS
 SAMPAIO:08887456720
 720

Assinado de forma digital
 por ANDRE DOS SANTOS
 SAMPAIO:08887456720
 Dados: 2022.05.05 08:35:02
 -03'00'

ANDRÉ DOS SANTOS SAMPAIO
 PREFEITO MUNICIPAL
 CPF 088.874.567 - 20

MUNICÍPIO DE MONTANHA - ES

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS FISCAIS

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM ALIENAÇÃO DE ATIVOS

LEI: LDO: 2023

AMF - Demonstrativo 5 (Irf, art. 4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2021 (a)	2020 (b)	2019 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	1.225,80	344,17	1.680,81
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações Financeiras	1.225,80	344,17	1.680,81
DESPESAS EXECUTADAS	2021 (d)	2020 (e)	2019 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	0,00	82.390,00	9.900,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	82.390,00	9.900,00
Investimentos	0,00	82.390,00	9.900,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização de Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIAS	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência de Servidores	0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO	2021 (g) = ((Ia - II d) + III h)	2020 (h) = ((Ib - II e) + III i)	2019 (i) = ((Ic - II f))
VALOR (III)	-89039,22	-90265,02	-8219,19

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Planejamento, Emissão: 04/05/2022, às 15:20:13

ANDRE DOS SANTOS
SANTOS
SAMPAIO:088
87456720

Assinado de forma digital por ANDRE DOS SANTOS
SAMPALIO:08887456720
Dados: 2022.05.05 08:34:34 -03'00'

ANDRÉ DOS SANTOS SAMPAIO
PREFEITO MUNICIPAL
CPF 088.874.567 - 20

MUNICÍPIO DE MONTANHA - ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXOS DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DA RECEITA
 LEI: LDO: 2023

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

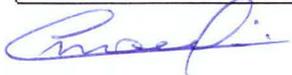
RS\$ 1,00

Tributo	Modalidade	SETOR/PROGRAMA/BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			Compensação
			2023	2024	2025	
			0,00	0,00	0,00	
Total			0,00	0,00	0,00	-

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Planejamento, Emissão: 04/05/2022 , às 15:20:38

ANDRE DOS SANTOS Assinado de forma digital por
 SAMPAIO:0888745672 ANDRE DOS SANTOS
 0 SAMPAIO:08887456720
 Dados: 2022.05.05 08:30:52 -03'00'

ANDRÉ DOS SANTOS SAMPAIO
 PREFEITO MUNICIPAL
 CPF 088.874.567 - 20





MUNICÍPIO DE MONTANHA - ES

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS FISCAIS

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

LEI: LDO: 2023

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

EVENTOS	Valor Previsto para 2023
Aumento Permanente da Receita	3.850.000,00
(-) Transferências Constitucionais	0,00
(-) Transferências ao FUNDEB	0,00
Saldo Final do Aumento Permanente da Receita (I)	3.850.000,00
Redução Permanente de Despesa (II)	0,00
Margem Bruta (III) = (I) + (II)	3.850.000,00
Saldo Utilizado Margem Bruta (IV)	3.850.000,00
Novas DOCC (Despesa Obrigatória de Carater Continuado)	3.850.000,00
Novas DOCC geradas PPP (Parceria Público-Privada)	0,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III - IV)	0,00

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Planejamento, Emissão: 04/05/2022 , às 15:21:03

ANDRE DOS SANTOS Assinado de forma digital
SAMPAIO:08887456 por ANDRE DOS SANTOS
720 SAMPAIO:08887456720
Dados: 2022.05.05 08:31:07
-03'00'

ANDRÉ DOS SANTOS SAMPAIO
PREFEITO MUNICIPAL
CPF 088.874.567 - 20



MUNICÍPIO DE MONTANHA - ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

LEI: LDO: 2023

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	200.000,00	Demandas Judiciais	200.000,00
Reconhecimento			
Avais e Garantias Concedidas			
Assunção de Passivos			
Assistências Diversas			
Outros Passivos Contingentes			
Outros Riscos Fiscais			
SUBTOTAL	200.000,00	SUBTOTAL	200.000,00
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação	1.100.000,00	Frustração de Arrecadação	1.100.000,00
Restituição de Tributos a Maior			
Discrepância de Projeções			
SUBTOTAL	1.100.000,00	SUBTOTAL	1.100.000,00
TOTAL	1.300.000,00	TOTAL	1.300.000,00

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Planejamento, Emissão: 05/05/2022 , às 09:53:42

ANDRE DOS SANTOS Assinado de forma digital por
 SAMPAIO:088874567 ANDRE DOS SANTOS
 20 SAMPAIO:08887456720
 Dados: 2022.05.05 10:12:10 -03'00'

ANDRÉ DOS SANTOS SAMPAIO
 PREFEITO MUNICIPAL
 CPF 088.874.567-20

MUNICÍPIO DE MONTANHA - ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO X - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO
 LEI: LDO: 2023

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%
ARRECADADORA	71.774.819,96	83.472.627,38	339,41	72.803.190,00	21,65	68.991.577,99	-23,36	65.764.010,92	-9,36	65.764.010,92	0,00
Receitas Correntes	71.203.372,43	81.040.583,44	13,82	69.498.190,00	-14,24	66.306.829,99	-4,59	63.204.860,92	-4,68	63.204.860,92	0,00
Receitas de Capital	571.447,53	2.432.043,94	325,59	3.305.000,00	35,89	2.684.748,00	-18,77	2.559.150,00	-4,68	2.559.150,00	0,00
DEDUÇÃO FUNDEB	(6.646.445,15)	(8.649.826,80)	30,14	(7.003.190,00)	-19,04	(7.769.338,99)	10,94	(7.405.873,42)	-4,68	(7.405.873,42)	0,00
Receitas Correntes	(6.646.445,15)	(8.649.826,80)	30,14	(7.003.190,00)	-19,04	(7.769.338,99)	10,94	(7.405.873,42)	-4,68	(7.405.873,42)	0,00
TOTAL DA RECEITA	65.128.374,81	74.822.800,58	14,89	65.800.000,00	-12,06	61.222.239,00	-6,96	58.358.137,50	-4,68	58.358.137,50	0,00

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Planejamento, Emissão: 04/05/2022 , às 15:21:25

Assinado de forma digital por
 ANDRE DOS SANTOS
 SAMPAIO:08887456720
 Dados: 2022.05.05 08:31:21 -03'00'

ANDRÉ DOS SANTOS SAMPAIO
 PREFEITO MUNICIPAL
 CPF 088.874.567 - 20



MUNICÍPIO DE MONTANHA - ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO XI - TOTAL DAS DESPESAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO
 LEI: LDO: 2023

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

RS\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%
DESPESAS CORRENTES	58.510.626,57	69.773.346,09	19,25	56.223.660,44	-19,42	40.613.021,58	-27,77	38.713.061,40	-4,68	38.713.061,40	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	4.600.488,45	3.888.888,95	-15,47	9.576.339,56	146,25	8.282.452,14	-13,51	7.894.982,10	-4,68	7.894.982,10	0,00
TOTAL DA DESPESA	63.111.115,02	73.662.235,04	16,72	65.800.000,00	-10,67	48.895.473,72	-25,69	46.608.043,50	-4,68	46.608.043,50	0,00

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Planejamento, Emissão: 04/05/2022 , às 15:22:04

ANDRE DOS SANTOS Assinado de forma digital por
 ANDRE DOS SANTOS
 SAMPAIO:08887456720 SAMPAIO:08887456720
 Dados: 2022.05.05 08:31:36 -03'00'

ANDRÉ DOS SANTOS SAMPAIO
 PREFEITO MUNICIPAL
 CPF 088.874.567 - 20

MUNICÍPIO DE MONTANHA - ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO XII - RECEITA PRIMÁRIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO
 LEI: LDO: 2023

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R\$ 1,00

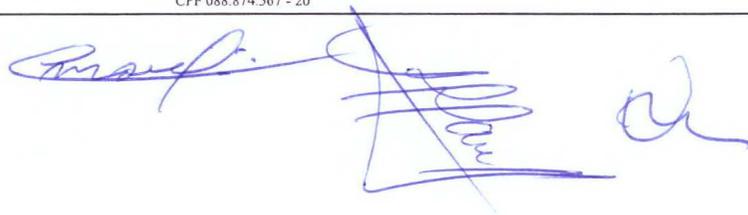
ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%
ARRECADADORA	71.774.819,96	83.472.627,38	339,41	72.803.190,00	21,65	68.991.577,99	-23,36	65.764.010,92	-9,36	65.764.010,92	0,00
Receitas Correntes	71.203.372,43	81.040.583,44	13,82	69.498.190,00	-14,24	66.306.829,99	-4,59	63.204.860,92	-4,68	63.204.860,92	0,00
Receitas de Capital	571.447,53	2.432.043,94	325,59	3.305.000,00	35,89	2.684.748,00	-18,77	2.559.150,00	-4,68	2.559.150,00	0,00
DEDUÇÃO FUNDEB	(6.646.445,15)	(8.649.826,80)	30,14	(7.003.190,00)	-19,04	(7.769.338,99)	10,94	(7.405.873,42)	-4,68	(7.405.873,42)	0,00
Receitas Correntes	(6.646.445,15)	(8.649.826,80)	30,14	(7.003.190,00)	-19,04	(7.769.338,99)	10,94	(7.405.873,42)	-4,68	(7.405.873,42)	0,00
TOTAL DA RECEITA	65.128.374,81	74.822.800,58	14,89	65.800.000,00	-12,06	61.222.239,00	-6,96	58.358.137,50	-4,68	58.358.137,50	0,00
RECEITAS CORRENTES (I)	64.556.927,28	72.390.756,64	12,13	62.495.000,00	-13,67	58.537.491,00	-6,33	55.798.987,50	-4,68	55.798.987,50	0,00
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III) = (I - II)	64.556.927,28	72.390.756,64	12,13	62.495.000,00	-13,67	58.537.491,00	-6,33	55.798.987,50	-4,68	55.798.987,50	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IV)	571.447,53	2.432.043,94	325,59	3.305.000,00	35,89	2.684.748,00	-18,77	2.559.150,00	-4,68	2.559.150,00	0,00
RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (VIII) = (IV - V - VI - VII)	571.447,53	2.432.043,94	325,59	3.305.000,00	35,89	2.684.748,00	-18,77	2.559.150,00	-4,68	2.559.150,00	0,00
RECEITAS NÃO FINANCEIRAS (IX) = (III + VIII)	65.128.374,81	74.822.800,58	14,89	65.800.000,00	-12,06	61.222.239,00	-6,96	58.358.137,50	-4,68	58.358.137,50	0,00

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Planejamento, Emissão: 04/05/2022 , às 15:23:29

ANDRE DOS SANTOS
 SAMPALHO:08887456720

Assinado de forma digital por
 ANDRE DOS SANTOS
 SAMPALHO:08887456720
 Dados: 2022.05.05 08:34:04 -03'00'

ANDRÉ DOS SANTOS SAMPALHO
 PREFEITO MUNICIPAL
 CPF 088.874.567 - 20



MUNICÍPIO DE MONTANHA - ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO
 LEI: LDO: 2023

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%
Despesas											
DESPESAS CORRENTES	58.510.626,57	69.773.346,09	19,25	56.223.660,44	-19,42	40.613.021,58	-27,77	38.713.061,40	-4,68	38.713.061,40	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	4.600.488,45	3.888.888,95	-15,47	9.576.339,56	146,25	8.282.452,14	-13,51	7.894.982,10	-4,68	7.894.982,10	0,00

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

MUNICÍPIO DE MONTANHA - ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO
 LEI: LDO: 2023

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

RS 1,00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2020	2021	%	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%
Receitas											
ARRECADADORA	71.774.819,96	83.472.627,38	339,41	72.803.190,00	21,65	68.991.577,99	-23,36	65.764.010,92	-9,36	65.764.010,92	0,00
Receitas Correntes	71.203.372,43	81.040.583,44	13,82	69.498.190,00	-14,24	66.306.829,99	-4,59	63.204.860,92	-4,68	63.204.860,92	0,00
Receitas de Capital	571.447,53	2.432.043,94	325,59	3.305.000,00	35,89	2.684.748,00	-18,77	2.559.150,00	-4,68	2.559.150,00	0,00
DEDUÇÃO FUNDEB	(6.646.445,15)	(8.649.826,80)	30,14	(7.003.190,00)	-19,04	(7.769.338,99)	10,94	(7.405.873,42)	-4,68	(7.405.873,42)	0,00
Receitas Correntes	(6.646.445,15)	(8.649.826,80)	30,14	(7.003.190,00)	-19,04	(7.769.338,99)	10,94	(7.405.873,42)	-4,68	(7.405.873,42)	0,00

MUNICÍPIO DE MONTANHA - ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
IV - RESULTADO NOMINAL
 LEI: LDO: 2023

Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

(R\$)

ESPECIFICAÇÃO	2020 (b)	2021 (c)	2022 (d)	2023 (e)	2024 (f)	2025 (g)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	11.864.143,23	11.864.143,23	11.864.143,23	11.864.143,23	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	9.338.969,75	8.590.031,40	3.058.523,34	3.393.125,80	3.234.388,43	3.234.388,43
Ativo Disponível	9.341.325,58	10.837.366,10	4.306.207,02	4.777.306,07	4.553.813,92	4.553.813,92
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar	2.355,83	2.247.334,70	1.247.683,68	1.384.180,27	1.319.425,49	1.319.425,49
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) - (I - II)	2.525.173,48	3.274.111,83	8.805.619,89	8.471.017,43	-3.234.388,43	-3.234.388,43
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III + IV - V)	2.525.173,48	3.274.111,83	8.805.619,89	8.471.017,43	-3.234.388,43	-3.234.388,43
Resultado Nominal	(a* - b)	(b - c)	(c - d)	(d - e)	(e - f)	(f - g)
	-8.347.330,90	-748.938,35	-5.531.508,06	334.602,46	11.705.405,86	0,00

Notas:

- o Cálculo da Metas Anuais relativas ao resultado nominal foi efetuado em conformidade com a metodologia estabelecida pelo Governo Federal, normatizada pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional.

* Refere-se ao valor previsto da Dívida Consolidada Líquida do exercício de 2019(R\$ -5.822.157,42)

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Planejamento, Emissão: 04/05/2022 , às 15:27:00

ANDRE DOS SANTOS Assinado de forma digital por ANDRE
 DOS SANTOS SAMPAIO:08887456720
 SAMPAIO:08887456720 Dados: 2022.05.05 08:32:48 -03'00'

ANDRÉ DOS SANTOS SAMPAIO
 PREFEITO MUNICIPAL
 CPF 088.874.567 - 20



MUNICIPIO DE MONTANHA - ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
V - MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA
 LEI: LDO: 2023

Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

(R\$)

ESPECIFICAÇÃO	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.691.788,30	11.864.143,23	11.864.143,23	11.864.143,23	11.864.143,23	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	1.691.788,30	11.864.143,23	11.864.143,23	11.864.143,23	11.864.143,23	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	7.513.945,72	9.338.969,75	8.590.031,40	3.058.523,34	3.393.125,80	3.234.388,43	3.234.388,43
Ativo Disponível	7.513.171,56	9.341.325,58	10.837.366,10	4.306.207,02	4.777.306,07	4.553.813,92	4.553.813,92
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar	4.225,84	2.355,83	2.247.334,70	1.247.683,68	1.384.180,27	1.319.425,49	1.319.425,49
Dívida Consolidada Líquida	-5.822.157,42	2.525.173,48	3.274.111,83	8.805.619,89	8.471.017,43	-3.234.388,43	-3.234.388,43

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Planejamento, Emissão: 04/05/2022 , às 15:27:23

ANDRE DOS SANTOS
 SAMPAIO:088874567
 20

Assinado de forma digital por
 ANDRE DOS SANTOS
 SAMPAIO:08887456720
 Dados: 2022.05.05 08:34:19 -03'00'

ANDRÉ DOS SANTOS SAMPAIO
 PREFEITO MUNICIPAL
 CPF 088.874.567 - 20